Alcançado acordo de princípio sobre as medidas a aplicar na Grécia para desbloquear a revisão do programa de resgate de Atenas

Negociações sobre a saída do Reino Unido da União Europeia vão ter de ser aprovadas pelos eurodeputados. O Parlamento Europeu já fixou os princípios mínimos necessários a essa luz verde

Ainda neste programa, analisamos o impacto do ataque dos Estados Unidos a uma base militar da Síria nas relações entre a União Europeia e a Rússia

Bem-vindos ao Magazine Europa,

A Grécia e os Ministros das Finanças da Zona Euro chegaram a acordo para desbloquear a revisão do processo de resgate de Atenas. As duas partes alcançaram o que chamaram de "acordo de princípio" sobre as políticas que vão ter de ser aplicadas por Atenas durante os próximos anos.

A jornalista Marta Melo, da Rádio Macau, resume alguns dos pontos principais desse acordo:

RM – Marta Melo
"Entre os novos compromissos assumidos pela Grécia está o de reduzir as despesas em pensões a partir de 2019. Outro compromisso é o de recolher mais impostos sobre o rendimento a partir de 2020, através de uma redução da fasquia das isenções fiscais.
A introdução dessas duas medidas está avaliada num valor global correspondente a 2 por cento do produto interno bruto do país.
Caso a situação financeira da Grécia melhore mais do que o esperado, Atenas tem a luz verde da Zona Euro para tomar medidas de estímulo à economia.
O acordo foi elogiado pelos Ministros das Finanças da Zona Euro, reunidos em Malta, depois de meses de negociações sobre as próximas fases do programa de resgate da Grécia.
O Presidente do Eurogrupo, Jeroen Dijsselbloem, já disse que o acordo estabelece 'todas as grandes questões' de um pacote de reformas essencial para garantir a participação financeira do Fundo Monetário Internacional no programa de resgate.
Um porta-voz do FMI afirmou que 'há boas perspectivas sobre o sucesso da conclusão das negociações' sobre estas políticas durante a próxima missão do organismo a Atenas."

Ao telefone, a partir de Bruxelas, está o comentador residente do Magazine Europa, Victor Ângelo, consultor internacional baseado na capital belga.

Olá, Victor, como avalia este acordo de princípio?

RM – Victor Ângelo:
"A Grécia e o Eurogrupo têm uma situação de equilíbrio de interesses que eu considero negativa. Ou seja, os gregos precisam de dinheiro vindo dos outros membros do Eurogrupo e os europeus, por outro lado, não podem deixar cair um país que pertence ao Euro. Por isso, por razões diferentes, e todas elas negativas, têm de chegar a um acordo. E é isso que vai acontecer novamente. Até porque a Grécia vai ter de reembolsar cerca de 7 mil milhões de euros este Verão, e precisa desesperadamente de um terceiro resgate para poder fazer esse reembolso."

É de esperar que a Grécia honre os compromissos que assumiu ou, pelo contrário, é de esperar que a União Europeia venha a bloquear pagamentos a Atenas devido a uma eventual falta de garantias por parte do Governo grego?

RM – Victor Ângelo:
"A Grécia está ligada a uma máquina de suporte de vida há cerca de seis anos. Se a União Europeia, e, em particular, o Eurogrupo, desligar a máquina, a Grécia entra em colapso total. Por isso, o que vai acontecer é que nós vamos assistir a uma situação que se vai repetindo. Quer dizer: cada ano vai ser necessário negociar um novo acordo, cada ano vai ser necessário empurrar a dívida mais para a frente, e cada ano a Grécia vai ter de tomar medidas de austeridade. Não há outra solução. A Grécia, neste momento, não tem economia suficiente para poder pagar a sua dívida, nem para reembolsar os juros de dívida. A Grécia tem uma dívida que está duas vezes acima da dívida pública europeia. Por outro lado, a Grécia tem uma economia que pesa muito pouco no conjunto da economia do Eurogrupo. O Eurogrupo está interessado em não deixar cair a Grécia por razões políticas e não por razões económicas. Se fosse por razões meramente económicas, há muito que o Eurogrupo teria dito à Grécia para sair do Euro. Esta negociação com a Grécia é o exemplo mais flagrante de que o Euro é um projecto político."

Já aqui falámos na necessidade de existir algum tipo de perdão da dívida grega. Este acordo de princípio agora alcançado não aborda esta questão. Mas a questão mantém-se...

RM – Victor Ângelo:
"Pois, exactamente. A dívida da Grécia é francamente impagável, é uma dívida insustentável. Nunca nas décadas mais próximas a Grécia conseguirá pagar a dívida. Mas os países do Eurogrupo, e nomeadamente a Alemanha, não podem de modo algum reconhecer essa realidade. E por isso, vão empurrando o problema para a frente e vão adiando, digamos assim, a hora da verdade. Os custos, neste momento, em termos económicos e financeiros, são relativamente modestos e os países mais ricos da União Europeia podem permitir-se uma situação de ambiguidade em relação à Grécia. Vão fingindo que a Grécia vai pagando os juros e esquecem o principal, ou seja, ninguém fala no reembolso do principal, porque, na realidade, a parte principal da dívida nunca virá a ser reembolsada."

A organização separatista basca ETA divulgou no último fim-de-semana os detalhes sobre as armas que ainda tinha escondidas em França. A acção marca o desarmamento total do grupo terrorista, tal como o mesmo prometeu no mês passado. A organização anunciou em 2011 o fim das acções terroristas em Espanha, que visavam a independência do País Basco – acções que ao longo de 50 anos resultaram na morte de cerca de 850 pessoas.

O terrorismo voltou, no entanto, à Europa nos últimos dias – como resultado de outras motivações. Aconteceu em Estocolmo, na Suécia, quando um alegado simpatizante do autoproclamado Estado Islâmico conduziu uma camião numa zona pedonal da cidade, atropelando várias pessoas. O atentado provocou cinco mortos e vários feridos. O ataque em Estocolmo surgiu dias depois de um atentado à bomba num metro de São Petersburgo, na Rússia, que resultou em mais de dez mortes.

Os Eurodeputados aprovaram uma resolução em que estabelecem as condições necessárias para que o Parlamento Europeu venha a dar luz verde a um acordo final sobre o Brexit, a alcançar entre a União Europeia e o Reino Unido.

O jornalista Hugo Pinto, da Rádio Macau, dá-nos conta de alguns dos pontos em causa:

RM – Hugo Pinto:
"Para os eurodeputados, as negociações sobre o Brexit devem garantir um tratamento justo e igualitário aos cidadãos europeus que vivem no Reino Unido e aos cidadãos britânicos que moram na União Europeia.
Os membros do Parlamento Europeu lembram também que, até à saída de facto do Reino Unido do bloco, o país continua a ser um Estado membro da União Europeia – e isso implica não só direitos, mas também obrigações financeiras, algumas das quais podem ter de manter-se mesmo depois de concretizada a saída de Londres.
Os eurodeputados lembram também que as quatro liberdades do mercado único – as liberdades de circulação de bens, capitais, serviços e pessoas – são indivisíveis.
Os membros do Parlamento Europeu não querem ver a segurança a ser negociada a troco das relações económicas entre a União Europeia e o Reino Unido, nem querem que haja acordos económicos em sectores específicos.
A resolução foi aprovada por uma esmagadora maioria dos eurodeputados, com 516 votos a favor, 133 contra e 50 abstenções.
O documento defende ainda que só depois de o Reino Unido ter abandonado de facto a União Europeia é que se pode começar a discutir a relação futura entre as duas partes."

Esta última ideia foi, de resto defendida também pelo Presidente do Conselho Europeu. Donald Tusk, apresentou um documento que visa orientar as negociações sobre o Brexit, depois de o Reino Unido ter invocado o artigo 50 do Tratado de Lisboa, que marca o início formal do processo de saída de um país da União Europeia:

RM – Donald Tusk:
"Teremos de garantir que o Reino Unido vai honrar todos os compromissos e obrigações que assumiu no domínio financeiro enquanto Estado membro. É simplesmente justo face a todas aquelas pessoas, comunidades, cientistas, agricultores, etc., às quais todos nós, os 28 Estados membros, prometemos e devemos esse dinheiro. Apenas quando conseguirmos alcançar progressos suficientes em relação à saída poderemos discutir o enquadramento para o futuro das nossas relações. Não vamos começar discussões paralelas sobre todos os assuntos ao mesmo tempo, como foi sugerido por alguns no Reino Unido. Deixem-me concluir dizendo que as negociações que vamos iniciar serão difíceis,

complexas, às vezes de confronto. Não há como evitá-lo. A União Europeia a 27 não adopta e não irá adoptar uma abordagem punitiva."

Victor, comecemos pelas orientações de Donald Tusk. Como interpreta esta tomada de posição?

RM – Victor Ângelo:
"Eu penso que a posição do Presidente do Conselho Europeu, Donald Tusk, é uma posição equilibrada e que mostra claramente que da parte europeia se procurará chegar a um acordo com o Reino Unido, desde que, evidentemente, do lado do Reino Unido haja também uma posição moderada. Já se ultrapassou aquela fase que Teresa May viveu em que ela dizia que um mau acordo não interessaria à Grã-Bretanha e, por isso, era preferível não ter acordo nenhum do que ter um mau acordo – isso já não é a posição britânica. Neste momento, quer de um lado quer do outro, há um entendimento de que é preciso chegar a um acordo. Provavelmente, esse acordo vai demorar algum tempo. Primeiro, vai ser necessário, durante os próximos dois anos, chegar a um acordo quanto às condições de saída do Reino Unido, e também definir as linhas muito gerais do futuro. Depois, vai ser necessário um período de transição que, neste momento, eu prevejo que – após os dois anos – dure cerca de três a quatro anos. E, finalmente, só se entrará num novo patamar de relações entre o Reino Unido e a União Europeia dentro, digamos assim, de sete a oito anos. Estamos comprometidos num período muito longo de discussões com o Reino Unido e é do interesse de ambos os lados que se chegue a um acordo e que não se tenham posições extremas em relação a estes assuntos. Uma das grandes preocupações de Donald Tusk e dos outros dirigentes europeus é fazer compreender à população europeia que não se pode estar melhor fora da União Europeia do que dentro da União Europeia.

Já o Parlamento Europeu deixou claro que tem a última palavra a dizer sobre as negociações do Brexit. A resolução aprovada vem complicar o processo?

RM – Victor Ângelo:
"Eu penso que não. Eu penso que a resolução do Parlamento Europeu é uma resolução equilibrada, põe o acento tónico na questão dos direitos dos cidadãos – que é de facto um excelente ponto de partida. Também refere que as questões de segurança não devem ser tratadas como matéria de troca

nas negociações sobre o futuro do relacionamento entre a União Europeia e o Reino Unido – a segurança é uma matéria à parte. E, por outro lado, o Parlamento Europeu vem reconhecer que a questão tem de ser tratada por fases. Ou seja, tem de haver primeiro um acordo sobre as condições de saída; depois, um acordo sobre o período de transição; e, finalmente, a definição do que vai ser a relação entre o Reino Unido e a Europa no futuro. Ao nível do Parlamento Europeu há neste momento também a preocupação de não complicar as coisas, sobretudo tendo em conta que estamos já num processo que é bastante complexo e a questão da Irlanda, por exemplo, a questão de Gibraltar, são questões importantes, são questões de muita sensibilidade política, e, por outro lado, há também a grande preocupação ao nível do Parlamento Europeu e ao nível das instituições em Bruxelas que é o de evitar que o Reino Unido divida a Europa."

Vários países europeus manifestaram "compreensão" quanto à decisão do Presidente americano de atacar uma base aérea da Síria, depois de um alegado ataque químico por parte do exército sírio – um ataque que terá provocado a morte de vários civis, incluindo crianças.

Esta foi a primeira vez que os Estados Unidos lançaram um ataque directo contra o regime de Bashar al Assad, desde que começou a guerra na Síria. Donald Trump justificou a decisão com a necessidade de garantir a segurança do país:

RM – Donald Trump:
"É de vital interesse para a segurança nacional dos Estados Unidos prevenir qualquer ataque mortal com armas químicas. A Síria violou as suas obrigações relativamente ao armamento químico e ignorou o Conselho de Segurança das Nações Unidas."

A União Europeia emitiu um comunicado em que diz compreender a acção de Washington para desencorajar mais ataques com armas químicas na Síria. Mas os 28 Estados Membros lembraram que a solução para o conflito no país tem de ser política, e não militar.

Londres foi mais longe e manifestou "total apoio" à decisão dos Estados Unidos. Já a Rússia condenou a acção norte-americana, dizendo que a mesma representa "uma violação do direito internacional" executada "sob um falso pretexto".

Victor, faz sentido a "compreensão" manifestada pela União Europeia face a esta iniciativa militar dos Estados Unidos?

RM – Victor Ângelo:
"A União Europeia não tinha outra solução se não manifestar compreensão. A União Europeia, neste momento, ainda não sabe exactamente qual vai ser a posição americana em relação à defesa da Europa, e nomeadamente em relação ao futuro da NATO, e, por isso, tem de jogar com muita prudência – e foi isso que fez. Ou seja, não podia de modo algum aparecer como hesitante no apoio à iniciativa que o Presidente americano tomou em relação à Síria."

De que forma é que esta acção militar vai afectar as relações entre a União Europeia e a Rússia?

RM – Victor Ângelo:
"A Rússia vê a União Europeia como alinhada com os Estados Unidos. Para a Rússia não há dúvidas de que a União Europeia, se tivesse de escolher, escolheria o lado americano. E, aliás, isso foi muito claro no que diz respeito ao Reino Unido. Boris Johnson, Ministro dos Negócios Estrangeiros inglês, decidiu anular a sua viagem a Moscovo, que deveria ter tido lugar ontem, segunda-feira, e isso mostra aos russos que não só a União Europeia está muito alinhada com a posição americana, mas que, sobretudo, aqueles que pesam em matéria de segurança dentro da Europa, que são os ingleses, seguem de uma maneira praticamente cega, digamos assim, a posição americana. Isto não vai agravar mais ainda as relações entre a União Europeia e a Rússia, porque as relações já estão numa situação de tensão. Agora o que é preciso é evitar que haja uma escalada da situação. Neste momento, há uma tensão muito grande e o objectivo é que essa tensão se transforme num processo de negociações em Genebra, que sirva para alimentar as negociações em Genebra, e que não sirva para um destacamento ainda maior de forças militares para o Médio Oriente."

A posição tomada por Donald Trump representa uma nova estratégia da Administração americana?

RM – Victor Ângelo:
"A linha americana ainda é pouco clara. Embora eu não veja neste ataque à base aérea síria uma mudança de estratégia. Penso que, neste momento, a estratégia americana em relação à Síria e em relação ao Iraque é o combate ao Estado Islâmico. No entanto, vamos ver o que é que vai acontecer porque há contradições dentro da própria Administração americana, entre, por exemplo, a posição do departamento de Estado – que pensa que todas as forças e iniciativas americanas devem ir no sentido de derrotar os extremistas e radicais islâmicos – e a embaixadora americana junto das Nações Unidas que fala em termos mais amplos, ou seja, na queda, digamos assim, do Presidente Assad e na sua substituição por forças mais democráticas. Há aqui uma certa contradição dentro da administração americana, embora me pareça que, nesta fase, e tendo em conta o peso crescente do conselheiro nacional do Presidente Trump, o general McMaster, vamos continuar no sentido de uma presença militar no Médio Oriente que se destina apenas a combater os terroristas e os extremistas."

A análise de Victor Ângelo, comentador residente do Magazine Europa.

A fechar, falamos-lhe de um peixe. É o primeiro peixe encontrado a viver numa caverna na Europa. No resto do mundo já foram identificadas cerca de 200 espécies deste tipo, mas esta é a primeira vez em solo europeu.

A descoberta científica decorreu no sul da Alemanha. O peixe foi encontrado por mergulhadores numa enorme caverna subterrânea. Acredita-se que esta espécie se tenha separado das dos peixes de superfície algures nos últimos 20.000 anos.

Até para a semana!

[Ficha técnica]

Com edição e apresentação de Sofia Jesus, a análise de Victor Ângelo e coordenação de Rui Flores, Magazine Europa resulta de uma colaboração entre a Rádio Macau e a Universidade de Macau no âmbito do Projecto Jean Monnet Magazine Europa.

As opiniões expressas neste magazine não representam necessariamente as posições oficiais das diversas instituições da União Europeia.

O projecto Jean Monnet Magazine Europa é uma parceria entre a Universidade de Macau e o Instituto de Estudos Europeus de Macau, co-financiada pela União Europeia no quadro do Programa Erasmus +.

Estamos no Facebook em Magazine Europa.